

DOCUMENTO COM A CONTRIBUIÇÃO DAS BASES PARA O CADERNO DE TEXTOS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS:

Título e número do texto e número do parágrafo	Texto original (copiar do caderno)	Indicar se é acréscimo, alteração ou supressão	Proposta da seção	Breve justificativa
<p>Texto 5: A extensão na consolidação da identidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</p>		<p>Acréscimo no final do texto</p>	<p>119. Propostas para Melhorias na Extensão nas Instituições de Ensino</p> <p>Embora tenhamos um texto com discussão bem aprofundada e uma série de considerações sobre a importância da extensão, reconhecemos a necessidade de traduzir nossos insights em ações práticas.</p> <p>120. Para isso, propomos que o sindicato atue como um agente de mudança, reivindicando políticas públicas junto a órgãos relevantes, como o CONIFE, SETEC e reitorias das instituições de ensino, para abordar as questões cruciais da extensão educacional.</p> <p>Abaixo, apresentamos propostas concretas para aprimorar a extensão nas instituições de ensino:</p> <p>121 a). Criação de uma Revista de Extensão Tecnológica e Catálogo de Extensão Regional:</p> <p>É fundamental que as instituições de ensino estabeleçam uma revista de extensão tecnológica que funcione como um veículo centralizado para a admissão de projetos desenvolvidos nos campi. Além disso, a criação de um catálogo de extensão regional facilitaria a visibilidade e o acesso aos projetos,</p>	<p>É necessário pensarmos coletivamente em propostas concretas para alcançarmos uma verdadeira consolidação da extensão na rede.</p>

			<p>conectando as instituições com a comunidade local.</p> <p>122 b) Organização, dentro dos meios de comunicação institucional já existentes (youtube e redes sociais) um espaço específico para a divulgação de trabalhos e manifestação dos setores da comunidade organizada em parceria com a instituição na busca por resolução de problemas.</p> <p>123 c) Ampliação de Bolsas de Pesquisa com Enfoque em Investimentos:</p> <p>Atualmente, a maioria dos financiamentos para projetos de extensão são voltados para custeio, deixando de lado a necessidade de investimentos em infraestrutura e equipamentos. O sindicato deve buscar políticas para a ampliação de bolsas de pesquisa que contemplem especificamente esses itens, incentivando projetos mais robustos e impactantes.</p> <p>124 d) Simplificação das Burocracias na Submissão e Prestação de Contas:</p> <p>Reconhecemos que as instituições de ensino têm seus próprios órgãos reguladores, como o CONSUPER, para legislar sobre a extensão. No entanto, sugerimos que haja uma padronização nacional e orientações específicas para os Institutos Federais, visando simplificar processos. Por exemplo, poderiam ser implementadas prestações de contas parciais e finais, reduzindo a frequência de relatórios mensais. A eliminação de requisitos excessivamente burocráticos, como listas de frequência imagens para comprovação;</p>	
--	--	--	--	--

			<p>125 e) Ampliação de Bolsas e Fomento para a Coordenação de Projetos de Extensão:</p> <p>Reconhecendo o papel crucial dos coordenadores de projetos de extensão, sugerimos a criação de bolsas específicas para esses profissionais. Isso incentivaria a participação ativa da comunidade escolar na promoção de práticas de extensão. Além disso, recursos adicionais de fomento para a execução dos projetos seriam igualmente benéficos, permitindo a realização de atividades mais abrangentes e impactantes.</p> <p>126 f) Essas propostas têm o objetivo de tornar a extensão nas instituições de ensino mais eficiente, acessível e orientada para resultados concretos. O sindicato, ao advogar por essas medidas, pode desempenhar um papel fundamental na melhoria do cenário da extensão educacional no Brasil, promovendo uma maior interação entre as instituições e suas comunidades locais, ao mesmo tempo em que fortalece a colaboração entre os envolvidos.</p>	
Texto 5: Educação inclusiva e Diversidade		Acréscimo no final do texto	<p>35. Promovendo a Equidade e a Inclusão: Propostas Concretas para Ações Afirmativas em Instituições de Ensino</p> <p>36. Como mencionado anteriormente, reconhecemos a importância de traduzir nossas aspirações em ações concretas para promover a equidade e a inclusão de grupos minoritários nas instituições de ensino. Propomos que o sindicato atue como um agente de mudança, reivindicando políticas públicas junto a órgãos como o CONIF, SETEC e reitorias, com foco na</p>	É necessário pensarmos coletivamente em propostas concretas para alcançarmos uma verdadeira consolidação da extensão na rede.

		<p>permanência e no sucesso desses grupos minoritários. Além disso, propomos a implementação de legislações que permitam ações afirmativas após a entrada no serviço público. Abaixo, apresentamos propostas pragmáticas para alcançar esses objetivos:</p> <p>37. a). Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação:</p> <p>É essencial que os programas de pós-graduação promovam a inclusão social por meio de ações afirmativas. Isso pode ser alcançado por meio de cotas e políticas de incentivo que facilitem o acesso de grupos minoritários a programas de pós-graduação. Além disso, é importante criar um ambiente inclusivo que apoie o desenvolvimento acadêmico desses estudantes, proporcionando-lhes recursos e orientação adequados.</p> <p>38. b) Reservas de Vagas em Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão:</p> <p>Para garantir uma maior participação de grupos minoritários em projetos de pesquisa, ensino e extensão, é sugerido estabelecer reservas de vagas especificamente destinadas a esses estudantes. Isso não apenas promoverá a equidade, mas também enriquecerá a diversidade de perspectivas nos projetos, enriquecendo a qualidade das iniciativas.</p> <p>39. c) Aceleração e Acompanhamento de Estudantes com Superdotação:</p> <p>Reconhecemos a importância de apoiar estudantes</p>	
--	--	--	--

		<p>com superdotação e promover a aceleração de seus estudos. O sindicato pode pleitear programas de aceleração acadêmica, oferecendo recursos adicionais, mentorias e acompanhamento personalizado para atender às necessidades desses estudantes. Isso permitirá que eles alcancem todo o seu potencial acadêmico.</p> <p>40. d) Garantia de acessibilidade arquitetônica (rampas, elevadores, banheiros etc); comunicação acessível (intérpretes de LIBRAS, materiais didáticos acessíveis, sistemas de comunicação alternativa); tecnologia assistiva (leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz, teclados adaptados etc); mobiliário e espaço físico adequados; capacitação de servidores; acessibilidade digital (sites e plataformas de ensino seguindo diretrizes de acessibilidade na web), para todos os níveis de ensino, desde o ensino fundamental até a pós-graduação</p> <p>41. Além dessas ações, é fundamental buscar a implementação de legislações que permitam ações afirmativas após a entrada no serviço público, garantindo que grupos minoritários tenham oportunidades iguais de progresso e ascensão profissional, como reserva de vagas nos editais internos de capacitação e/ou afastamento.</p> <p>42. Essas propostas têm o objetivo de transformar nossas aspirações em realidades tangíveis. Ao reivindicar políticas públicas e implementar ações afirmativas, o sindicato pode desempenhar um papel significativo na construção de instituições de ensino mais inclusivas, onde a diversidade é valorizada e</p>	
--	--	--	--

			todos os estudantes têm igualdade de oportunidades para alcançar o sucesso acadêmico e profissional.	
Texto 4: Gestão Democrática	5. A burguesia local temendo perder seus privilégios e regalias impõe ao seu governo (Temer/MDB) serviçal uma agenda de supressão dos direitos da classe trabalhadora que podemos demonstrar através da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 que, entre outras questões, limita durante vinte (20) anos os gastos em políticas sociais.	Substituição	5. As elites , temendo temendo perder seus privilégios e regalias impõem(...)	Nos moldes em que se apresenta a organização do capitalismo global, ainda cabe falar em burguesia local? A derrubada de Dilma não teria sido pela retirada das garantias da remuneração do capital especulativo, sem a definição de um outro mecanismo que atendesse os anseios do sistema financeiro? Isso fica evidente na política do atual governo, que substituiu o teto de gastos pelo arcabouço fiscal(garantia do pagamento dos títulos da dívida

				<p>pública negociados no sistema financeiro) . Lembremos que Dilma tentou acabar com o teto de gastos e ainda reduziu a taxa Celic, colocando em pane os especuladores financeiros - que não são somente nacionais, pois o capital financeiro não tem mais nacionalidade. O Brasil se desindustrializou e as poucas empresas nacionais que sobraram têm seus rendimentos advindos mais da compra e venda de ações na bolsa, do que na exploração da mais-valia no seu produtos.</p>
--	--	--	--	---

				Portanto cremos que esta afirmação não caberia mais. Além disso, esta ruptura se dá num contexto diferente de 1964.
Texto 1 - Ensino Médio Integrado		Acréscimo ao parágrafo 39.	<p>39.1 - Fortalecimento da Carreira no Ensino Médio Integrado: Ampliando Acesso ao Mestrado e Doutorado.</p> <p>39.1.1. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade. No entanto, é crucial não apenas focar no ensino de base, mas também na capacitação e valorização dos profissionais que aprimoram a qualidade desse ensino. No Brasil, muitos servidores da educação não conseguem acessar programas de mestrado e doutorado, o que acaba por impedir sua ascensão na carreira. Este problema não apenas afeta o desenvolvimento individual desses servidores, mas também impacta a qualidade do ensino oferecido aos alunos. Estes tópicos propõem uma ideia para fortalecer a carreira no Ensino Médio Integrado, focando na ampliação do acesso a programas de mestrado e doutorado e na qualificação profissional dos servidores.</p> <p>39.1.2 .Ampliação de Programas MINTER e DINTER: Uma maneira de resolver o problema da falta de acesso a mestrado e doutorado é buscar junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a ampliação dos programas MINTER</p>	É necessário pensarmos nos desdobramentos que seriam precisos para efetivar o fortalecimento real do Ensino Médio Integrado. A base entendeu que esta proposta seria mais completa se contemplasse mudanças na educação brasileira como um todo, desde a educação básica.

			<p>(Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) e DINTER (Doutorado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Esses programas têm como objetivo capacitar os profissionais da educação para atuarem em instituições de ensino técnico e tecnológico.</p> <p>39.1.3 .A SETEC pode ser um órgão fundamental para apoiar essa expansão, promovendo parcerias com instituições de ensino superior, facilitando a criação de novos polos de mestrado e doutorado profissionais e disponibilizando recursos para bolsas de estudo, tornando esses programas mais acessíveis a um número maior de servidores.</p> <p>39.2 Ampliação da Pós EPT para Outros Campi: Outra estratégia para fortalecer a carreira dos servidores é a ampliação da oferta de cursos de pós-graduação voltados para a Educação Profissional e Tecnológica (Pós EPT) em diferentes campi. Isso pode ser feito por meio da criação de novos cursos de pós-graduação e parcerias com instituições de ensino superior que ofereçam programas compatíveis com a formação dos servidores.</p> <p>39.2.1 A ampliação da Pós EPT para outros campi visa atender servidores que não têm acesso facilitado a polos de ensino superior, tornando a qualificação profissional mais acessível em todo o país.</p> <p>39.2.2 Estabelecimento de Metas de Qualificação: Para garantir que o fortalecimento da carreira seja eficaz, é importante estabelecer metas de qualificação para os servidores. Isso implica em criar um plano estratégico que estabeleça prazos para que todos os servidores tenham, no mínimo, um mestrado. Essas metas devem ser acompanhadas de políticas de incentivo, como bolsas de estudo, licenças</p>	
--	--	--	--	--

			<p>remuneradas para estudo e reconhecimento da formação acadêmica na progressão da carreira.</p> <p>39.2.3 O fortalecimento da carreira no Ensino Médio Integrado passa necessariamente pela ampliação do acesso a programas de mestrado e doutorado, bem como pela valorização da formação profissional. Buscar a parceria da SETEC, expandir os programas MINTER e DINTER, ampliar a Pós EPT para outros campi e estabelecer metas de qualificação são estratégias eficazes para alcançar esse objetivo. Essas ações não apenas beneficiarão os servidores, mas também contribuirão para a melhoria da qualidade do ensino técnico e tecnológico oferecido aos alunos, promovendo o desenvolvimento educacional e econômico do país.</p>	
Texto 1 - Ensino Médio Integrado		Acréscimo ao final do texto	<p>48. PROPOSTA DE DEBATE DENTRO DA AMPLIAÇÃO DESTE ENSINO MÉDIO: Federalizar o Ensino Médio. Tirar das mãos dos estados a educação. De acordo com o FNDE, desde o início do ano, o valor repassado para a educação básica aos estados, no âmbito do Fundeb, foi de R\$ 193,8 bilhões. Os números são imensuráveis e a educação é um dos grandes desvios de corrupção. Em uma pesquisa básica, a Educação a nível estadual em muitos casos carece de qualidade e não é por falta de recurso, é gestão e algo precisa ser feito.</p> <p>49. FEDERALIZAR JÁ: Reformulando a Estrutura da Educação no Brasil : A qualidade da educação no Brasil é uma preocupação constante, e a estrutura atual, com um sistema altamente descentralizado, tem apresentado desafios significativos. Muitos</p>	

			<p>especialistas defendem a federalização da educação como uma medida para melhorar a equidade e a qualidade do ensino em todo o país. É preciso pensar na importância da federalização e como uma reestruturação da educação pode contribuir para um sistema de ensino mais eficaz e inclusivo. Pensar em um ensino médio Integrado forte perpassa a necessidade de pensar uma educação estruturada de maneira diferente ao que temos hoje.</p> <p>50. I. Educação Infantil - A CARGO DOS MUNICÍPIOS - A educação infantil é o alicerce do desenvolvimento das crianças. Atualmente, a responsabilidade por essa etapa recai quase que totalmente sobre os municípios, com apenas algumas exceções a cargo da rede federal. No entanto, é importante observar que: Dados mostram que o acesso e a qualidade da educação infantil variam significativamente de município para município. O fortalecimento da emancipação permite a padronização de diretrizes pedagógicas, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. Temos situações extremamente positivas da Educação Infantil a cargo da rede federal, como o Colégio Pedro II e colégios de aplicação.</p> <p>51. II. Ensino Fundamental - DOS SETE AOS 12 ANOS : O ensino fundamental hoje está majoritariamente a cargo dos municípios. Sua duração poderia ser do 1º ao 6º ano, uma vez que os resultados educacionais demonstram que: Seria positivo ter apenas um Ensino Fundamental, com uma única etapa a cargo dos municípios (ao invés da divisão entre Fundamental I e II), e cuja matriz</p>	
--	--	--	---	--

			<p>curricular tivesse ênfase no português, matemática, língua estrangeira, artes e educação física.</p> <p>52. III. Ensino Médio Integrado Federalizado -DOS TREZE AOS 17 ANOS : O ensino médio integrado, dentro desta proposta, teria a duração de cinco anos, pois é uma etapa crucial na formação dos estudantes. Atualmente, as instituições responsáveis variam, e entende-se que a federalização de todo Ensino Médio poderia trazer benefícios notáveis:</p> <p>Dados revelam que o desempenho dos alunos no ensino médio é heterogêneo, o que pode afetar suas perspectivas futuras.</p> <p>Sob a coordenação dos Institutos Federais, o ensino médio integrado pode proporcionar uma combinação eficaz de disciplinas técnicas e propedêuticas para melhor preparar os alunos para o mercado de trabalho ou a continuação dos estudos.</p> <p>53. IV. Benefícios da Federalização. A federalização traz consigo vários benefícios:</p> <p>Equidade Educacional: Com padrões nacionais, todos os estudantes teriam igualdade de oportunidades, independentemente de sua localização geográfica.</p> <p>Melhoria da Qualidade: Ao padronizar diretrizes e currículos, a qualidade do ensino pode ser aumentada em todo o país.</p> <p>Melhor Planejamento e Recursos: A coordenação federal pode permitir uma alocação mais eficaz de recursos e uma melhor gestão das políticas educacionais.</p> <p>54. Federalizar para Fortalecer: A federalização do ensino médio integrado no Brasil é uma medida necessária para enfrentar as desigualdades educacionais. Com base nos dados que demonstram as disparidades existentes, essa reestruturação é</p>	
--	--	--	--	--

			<p>fundamental para melhorar a qualidade e a equidade do ensino em todo o país.</p> <p>55. A coordenação da União, em parceria com os Institutos Federais, pode criar um sistema educacional mais eficaz e preparar nossos estudantes para um futuro mais promissor. Portanto, a federalização deve ser uma prioridade na busca por um sistema educacional mais forte e inclusivo no Brasil e isso é o fortalecimento do Ensino Médio Integrado.</p>	
--	--	--	--	--